

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao que dispõe o art. 78, § 3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal e o art. 82 da Lei Complementar nº 1/94 – Lei Orgânica deste Tribunal, apresento o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, referente ao 4º trimestre de 2013, para remessa à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF.

Este Relatório de Atividades consolida as principais ações efetivadas pelo TCDF, englobando as ações de controle externo e as organizacionais de apoio à atividade fim do Tribunal.

As realizações no trimestre, desenvolvidas em alinhamento com os objetivos estratégicos institucionais, traduzem os esforços desta Casa para cumprir sua missão de maneira cada vez mais efetiva, eficaz, eficiente e econômica.

Inácio Magalhães Filho
Presidente

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
2. PRINCIPAIS RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE DO TCDF	4
3. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO	5
3.1 Julgamentos e Decisões	5
3.1.1 Sessões Realizadas	5
3.1.2 Cobranças Executivas	6
3.2 Fiscalização Realizada	7
3.2.1 Auditorias e Inspeções	7
3.2.2 Instrução de Processos	8
3.3 Benefícios Mensuráveis das Ações de Controle	9
4. ATIVIDADES ORGANIZACIONAIS	13
4.1 Planejamento e Modernização Institucional	13
4.2 Gestão de Recursos Humanos	13
4.3 Execução da Despesa	16
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	17

1. INTRODUÇÃO

Dispondo de 539 servidores ativos em 31.12.13, o TCDF cumpre sua missão institucional com a estrutura básica contida em seu organograma (Anexo 1) e de acordo com a composição descrita a seguir:

- *colegiado: Plenário;*
- *direção: Presidente e Vice-Presidente/Corregedor;*
- *órgãos técnicos e administrativos: Gabinetes do Presidente, Conselheiros, Auditores, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal e Procuradores; Secretaria-Geral de Controle Externo; Secretarias de Controle Externo; Núcleos de Fiscalização; Consultoria Jurídica; Secretaria das Sessões; Secretaria-Geral de Administração; Divisão de Planejamento e Modernização Administrativa; Divisão de Controle Interno e Divisão de Tecnologia da Informação.*

Regido pelos princípios da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional, atua nesta Corte o Ministério Público junto ao Tribunal, com três Procuradores sob a direção de um Procurador-Geral, exercendo as funções de guarda da lei e fiscal de sua execução.

Por intermédio desses órgãos efetiva-se a ação fiscalizadora do Tribunal, cuja divulgação, no que concerne à Câmara Legislativa, está prevista no § 3º do art. 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 82 da Lei Complementar nº 1, de 09.05.94, segundo os quais deve esta Corte encaminhar à CLDF, trimestral e anualmente, relatório circunstanciado e demonstrativo de suas atividades internas e de Controle Externo.

Constitui-se, pois, este Relatório de Atividades em documento que consolida as realizações do Tribunal no 4º trimestre de 2013, nos campos administrativo e do Controle Externo, distribuídas de acordo com os seguintes tópicos:

- *Atividades de Controle Externo - Julgamentos e decisões; fiscalização realizada; e Benefícios Mensuráveis das Ações de Controle;*
- *Atividades Organizacionais - Planejamento e modernização institucional; gestão de recursos humanos; e execução da despesa;*
- *Considerações Finais - Síntese das realizações do período e comentários finais;*
- *Anexos - Organograma do Tribunal e Execução da Despesa.*

2. PRINCIPAIS RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE DO TCDF

Número de decisões do Tribunal	1.651
Acórdãos proferidos	129
Prejuízos Identificados e Evitados	R\$ 325.385.598,84
Valor das condenações	R\$ 43.632.639,55
Licitações e contratos suspensos cautelarmente	11
Responsáveis condenados em débito e/ou multados	126
Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Distrital	19
Processos julgados conclusivamente	808

Fonte: e-TCDF

3. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

3.1 Julgamentos e Decisões

O julgamento das contas de administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, a apreciação das Contas do Governo a serem apresentadas à Câmara Legislativa e as demais decisões referentes às atividades de Controle Externo são atos formalizados por deliberações do Plenário, podendo o Presidente, nos casos previstos no Regimento Interno, decidir também sobre matéria de competência do Tribunal, *ad referendum* do Plenário.

3.1.1 Sessões Realizadas

Para apreciar matérias de sua competência, o Plenário reuniu-se, no 4º trimestre, conforme quantitativos indicados na Tabela 1. Dentre o total de decisões prolatadas foram proferidos 129 acórdãos e 808 processos foram julgados conclusivamente.

Tabela 1: Sessões e Decisões por Tipo de Sessão

Tipo de Sessão	Sessões	Decisões
Ordinária	21	1.588
Extraordinária	0	0
Extraordinária administrativa	11	17
Extraordinária reservada	18	46
Especial	0	0
Total	50	1.651

Obs.: O teor das decisões, bem assim das atas das sessões realizadas, está disponível no site do TCDF na Internet, no endereço www.tc.df.gov.br

Pela Presidência foram proferidas 20 decisões e 38 decisões liminares, na qual o Presidente decidiu *ad referendum* do Plenário, com fundamento no art. 85 do Regimento Interno do TCDF.

Licitações e contratos suspensos cautelarmente – Visando à preservação do erário, relativamente ao assunto em destaque, os relatores designados, ou o Tribunal, concederam medidas cautelares em 11 processos, conforme detalhado na Tabela 2.

Tabela 2: Licitações e Contratos Suspensos Cautelamente

Nº do Processo	Decisão/Despacho Singular
30628/ 2013	91/ 2013-Res.
32396/ 2013	4878/ 2013
31802/ 2013	5118/ 2013
30890/ 2013	5521/ 13
35255/ 13	5543/ 13
28046/ 2013	Desp. Sing.437/ 13-GCAM
33716/ 2013	Desp. Sing. 670/ 13-GCAM
34305/ 2013	Desp. Sing. 783/ 2013-PT
35366/ 2013	5766/ 13
35557/ 2013	Desp. Sing. 736/ 2013-RR
31152/ 2013	6188/ 13

3.1.2 Cobranças Executivas

Quando julgado em débito pelo Tribunal, o responsável é notificado para, em trinta dias, recolher a importância devida, com os acréscimos legais. Expirado esse prazo, sem manifestação do interessado, a Corte poderá autorizar a cobrança judicial da dívida.

As decisões condenatórias de responsáveis em débito são formalizadas em ACORDÃO, cuja publicação no Diário Oficial do DF constitui título executivo bastante para cobrança judicial, nos termos da legislação vigente.

Existem sob acompanhamento do MPJTCDF 429 ACORDÃOS do TCDF, dos quais 131 consistem em cobranças executivas ajuizadas no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Os ACORDÃOS sob acompanhamento podem ser visualizados no *site* do MPJTCDF na *internet*, no *link* EXECUÇÃO DE ACÓRDÃOS.

Nos campos institucional e administrativo foram desenvolvidas pelo MPJTCDF diversas ações, cabendo realçar, no trimestre, a participação de membros e servidores em eventos de capacitação, consolidados na Tabela 6 (item 4.2 - *Gestão de Recursos Humanos*), bem como o encaminhamento ao TCDF de 21 representações alusivas à fiscalização de assuntos de competência do Tribunal.

3.2 Fiscalização Realizada

No âmbito do Tribunal, as Secretarias de Controle Externo oferecem apoio técnico-administrativo ao Plenário no que diz respeito à instrução preliminar dos processos relativos às atividades de controle externo, incluindo-se aí a realização de AUDITORIAS e INSPEÇÕES nos órgãos e entidades jurisdicionados. Nos parágrafos seguintes são apresentadas informações sobre o desenvolvimento dessas atividades no trimestre.

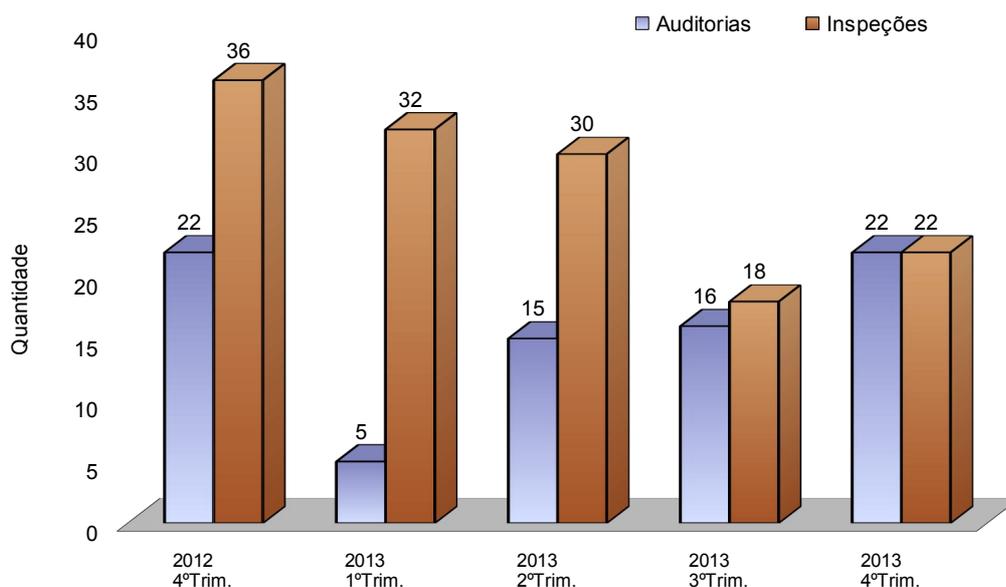
1.1.1 Auditorias e Inspeções

AUDITORIA é a modalidade de fiscalização *in loco* destinada a verificar, junto aos órgãos e entidades jurisdicionados, os atos e fatos administrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial – especialmente quanto à legalidade e à legitimidade –, bem como o emprego de recursos públicos por entidades de direito privado.

Incluída no grupo de fiscalizações *in loco*, mas de caráter menos abrangente, a INSPEÇÃO é realizada para verificar o cumprimento de decisões do Tribunal e para obter dados e informações preliminares ou complementares sobre os assuntos em análise nesta Casa.

O Gráfico 1 apresenta série histórica do quantitativo de fiscalizações, evidenciando que, no 4º trimestre, foram concluídas 22 AUDITORIAS e 22 INSPEÇÕES.

Gráfico 1: Auditorias e inspeções realizadas

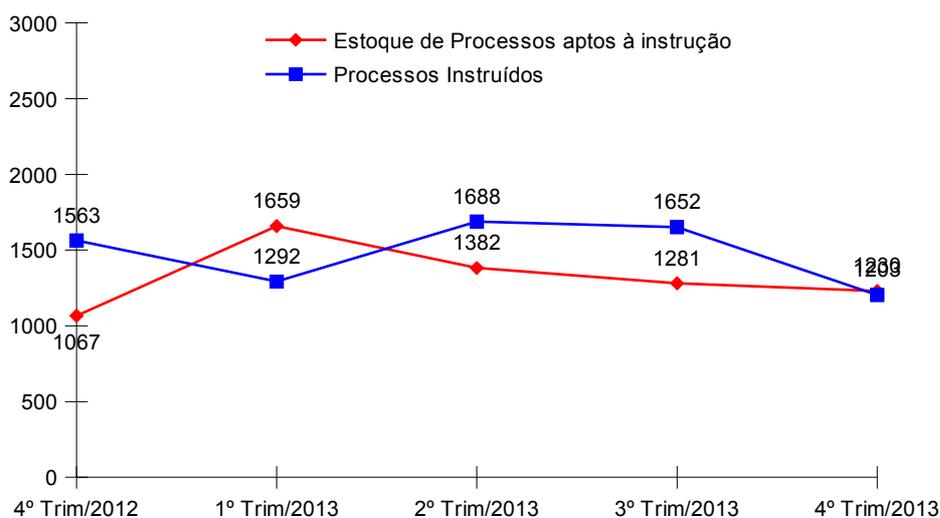


3.2.1 Instrução de Processos

Instrução é o procedimento formal de análise e emissão de relatório técnico em processos, para fins de apreciação pelo Plenário do Tribunal. É adotada tanto nas auditorias e inspeções quanto nos resultados de diligências, atos de admissão, aposentadorias, reformas e pensões, tomadas e prestações de contas, contratos, convênios e outros assuntos sujeitos ao controle externo.

Da mesma forma que ocorre com as fiscalizações externas, a atividade de INSTRUÇÃO DE PROCESSOS ocupa parcela considerável da força de trabalho em exercício na área-fim do Tribunal. Os processos de diversas naturezas são instruídos pelas Secretarias e Núcleos de Fiscalização e encaminhados para apreciação plenária ou emissão de parecer pelo Ministério Público. No quarto trimestre, foram realizadas 1.203 INSTRUÇÕES DE PROCESSOS. O Gráfico 2 registra a realização de instruções de processos a cada trimestre do ano, confrontando tal atividade com o ESTOQUE DE PROCESSOS para serem instruídos ao final de cada período.

Gráfico 2: Instrução e Estoque de Processos



Fonte: Sistema e-TCDF e Acompanhamento das Secretarias e Núcleos de Fiscalização.

Registre-se que, ao final do 4º trimestre, do estoque total de 3.739 PROCESSOS A INSTRUIR, 1.230 autos encontravam-se APTOS À INSTRUÇÃO, ou seja, em condições de serem instruídos; e 2.509 processos estavam COM TRAMITAÇÃO PARALISADA, aí incluídos os sobrestados e os que aguardam processo de tomada de contas especial, cumprimento de diligência, defesa, recebimento de expediente, regularização de débito ou decisão judicial, entre outros motivos que obstam a instrução do processo.

3.3 Benefícios Mensuráveis das Ações de Controle

Em razão do volume de recursos a serem fiscalizados e da crescente evolução e complexidade das normas que organizam as atividades do Estado, as instituições de controle necessitam estar cada vez mais aparelhadas a atuar de forma ágil e transparente, utilizando-se de critérios relativos à seletividade, materialidade, entre outros. Nesse contexto, a sociedade demonstra estar atenta à necessidade de exigir resultados da aplicação dos recursos confiados aos agentes públicos, bem assim aos benefícios advindos da atuação dos órgãos estatais, o que torna cada vez mais essenciais as atividades executadas pelos órgãos de controle externo.

Relativamente aos benefícios da atuação do controle externo, podemos classificá-los em mensuráveis e não mensuráveis. No que diz respeito a este último, sua ocorrência e relevância reside no fato de que a existência de uma entidade fiscalizadora por si só já inibe ou minimiza a prática de atos desconformes com os princípios basilares da administração pública.

No que se refere aos benefícios mensuráveis da atividade de controle externo, apresenta-se aqui uma estimativa com base em informações extraídas do e-TCDF, com fundamento nas decisões plenárias prolatadas no 4º

trimestre de 2013, consoante os critérios definidos na Portaria nº 236/02. Na Tabela 3 a seguir, são apresentados os valores relativos a Prejuízos Identificados e Evitados.

Tabela 3: Prejuízos Identificados e Evitados

Processo	Prejuízo Identificado/Evitado (R\$)	Decisão
1207/2011	599.095,00	5087/13
8552/2007	2.022.456,70	5243/13
15896/2005	156.171.118,93	112/13-Reserv.
18651/2008	270.630,00	6311/13
35793/2008	1.509.166,60	6332/13
11732/2009	70.935,44	5552/13
16389/2010	274.888,21	6214/13
2980/2011	3.518.091,89	5947/13
14178/2011	107.948,79	4236/13
16910/2011	59.967.513,80	4427/13
9440/2012	121.160,69	6241/13
14270/2012	6.580.366,29	6012/13
24917/2012	810.940,00	5957/13
2247/2013	16.218.996,64	Dec. Lim. 49/13-GPAT
3790/2013	7.108.547,75	6308/13
12670/2013	2.264.667,32	Dec. Res. 111/13
16382/2013	3.111.673,35	5311/13
24946/2013	5.046.462,00	4986/13
25381/2013	38.661.551,60	5864/13
25527/2013	10.223.679,55	6015/13
26906/2013	391.598,01	3837/13
28054/2013	937.364,00	4006/13
28151/2013	3.913.921,96	4007/13
29603/2013	326.037,17	4424/13
30806/2013	1.297.288,97	6018/13
30890/2013	652.045,92	6013/13
30903/2013	2.286.248,58	4750/13
33899/2013	2.218.492,65	5544/13
Total	325.385.598,84	-

Em decorrência da atuação desta Corte, foram condenados em débito ou multados 126 responsáveis. Deste total, 19 foram inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública distrital. A Tabela 4 registra o Valor das Condenações e o respectivo processo.

Tabela 4: Valor das Condenações

Processo	Valor (R\$)
22251/ 2011	112.306,52
29558/ 2011	81.884,12
9276/ 2013	89.653,69
21969/ 2012	4.679,20
22248/ 2012	77.141,44
21304/ 2009	3.509,40
2433/ 3013	103.540,89
3120/ 2013	137.585,42
22854/ 2013	97.279,02
9926/ 2013	71.211,62
9325/ 2008	106.863,75
25085/ 2012	4.679,20
43240/ 2006	791.942,10
7107/ 2009	190.192,44
38684/ 2010	7.500,00
18645/ 2011	4.000,00
28275/ 2006	159.855,83
34186/ 2006	114.965,56
30710/ 2009	2.339,60
7796/ 2013	97.166,83
22129/ 2011	159.376,07
27851/ 2012	130.672,29
14541/ 2013	141.181,51
14630/ 2013	128.628,47
21115/ 2011	112.380,81
754/ 1997	3.000,00
25026/ 2005	3.000,00
28002/ 2008	13.000,00
29995/ 2010	7.100,00
20305/ 2011	6.000,00
27860/ 2012	33.986,85
7168/ 2013	117.997,81
7346/ 2013	127.303,93
20445/ 2011	141.775,58
24143/ 2012	144.500,37
7206/ 2013	71.506,64
9314/ 2013	93.661,07
27469/ 2009	10.277,29
7591/ 2013	152.525,17
24410/ 2012	32.141,51
25514/ 2012	62.684,47
18513/ 2011	34.273.476,65
7749/ 2010	6.000,00
20283/ 2011	96.402,49
32222/ 2011	120.040,00
32460/ 2011	171.303,41
22264/ 2012	33.896,82
22906/ 2012	144.935,69

Tabela 4: Valor das Condenações (continuação)

Processo	Valor (R\$)
1844/ 2013	66.043,84
8008/ 2013	177.033,90
15280/ 2011	46.000,00
36864/ 2011	23.200,00
6005/ 2013	59.259,41
7249/ 2013	45.245,00
11210/ 2009	2.339,96
43057/ 2009	3.174.878,56
23589/ 2012	9.784,34
1593/ 2002	3.886,12
26589/ 2010	4.000,00
29574/ 2011	15.881,84
23538/ 2012	19.692,40
20380/ 2011	139.420,68
21000/ 2011	9.047,40
15231/ 2009	5.000,00
33674/ 2010	169.792,93
9422/ 2008	437.775,28
32930/ 2008	42.000,00
35270/ 2008	19.840,33
21735/ 2011	21.308,92
26567/ 2011	107.290,21
1464/ 1997	1.190,24
6265/ 2005	17.182,22
14232/ 2011	43.980,45
10571/ 2011	167.344,19
26915/ 2011	6.000,00
12421/ 2010	1.169,80
Total	43.632.639,55

4. ATIVIDADES ORGANIZACIONAIS

4.1 Planejamento e Modernização Institucional

As ações e iniciativas organizacionais a seguir relatadas orientam-se nos objetivos estratégicos do Tribunal, que privilegiam a priorização e a orientação das ações de controle externo por relevância, a garantia de maior efetividade dos instrumentos de controle e a agilidade do ciclo processual, a intensificação de medidas preventivas e orientadoras, o monitoramento do cumprimento das decisões, a ênfase no controle sistêmico, o aprimoramento da comunicação com a sociedade, o aperfeiçoamento dos sistemas de TI, a permanente qualificação e motivação dos servidores, o desenvolvimento de cultura orientada para resultados, e a intensificação do intercâmbio com os demais órgãos de controle.

Nesta área, destaca-se no período a publicação da Lei nº 5.286/13, decorrente de projeto de autoria desta Corte, que criou a Corregedoria, a Ouvidoria, o Núcleo de Informações Estratégicas e a Escola de Contas Públicas do TCDF.

Ainda quanto ao aspecto organizacional, registra-se a constituição de grupo de trabalho, por meio da Portaria nº 362/13, para proceder à implantação da Nova Contabilidade Pública no âmbito do TCDF. O referido trabalho resultará em adoção de novos procedimentos em diversas unidades do Tribunal, incluindo o ajuste nas contas patrimoniais, adequações nas folhas de pagamento de pessoal, avaliação dos ativos, e outros ajustes.

Foi também editada, no período, a Portaria nº 323/13, que dispõe sobre o registro e o licenciamento de uso de soluções de TI desenvolvidas no TCDF. Em decorrência da norma anterior, por meio da Portaria nº 324/13, a Presidência dispôs sobre a designação e as atribuições do representante do Tribunal junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI para fins de registro de programas de computador.

4.2 Gestão de Recursos Humanos

Desenvolver o capital humano para o pleno atingimento dos objetivos estratégicos institucionais tem sido uma preocupação permanente da direção do Tribunal. Nesse sentido, as ações na área de gestão de recursos humanos do TCDF objetivam dotá-lo de servidores competentes e motivados para o exercício das suas atribuições funcionais.

Com vistas à regulamentação de matérias relativas à área de pessoal no âmbito desta Corte, foram editados, no período, os seguintes atos normativos:

- *Resolução nº 266/13, que dispõe sobre o Regulamento Geral do Programa de Assistência à Saúde – PRÓ-SAÚDE do TCDF;*
- *Portaria nº 400/13, que dispõe sobre a inscrição de dependentes e concessão de benefícios do PRÓ-SAÚDE;*

Na área de saúde, ocorreu a XVII Semana da Saúde, com a oferta de palestras e a realização de mesa-redonda, bem assim a montagem de *stands* e a promoção de outras atividades, que propiciaram aos membros e servidores do Tribunal o acesso a serviços e informações que estimulam hábitos de vida saudável.

Quadro de Pessoal – A Tabela 5 retrata o quantitativo de pessoal do TCDF ao final do período, apresentando um comparativo com os cargos providos no final do trimestre anterior.

Tabela 5: Demonstrativo do Quadro de Pessoal do Tribunal

Discriminação	Efetivo Previsto	Cargos Ocupados		% de Cargos Ocupados em 31.12.13
		Posição em 30.09.13	Posição em 31.12.13	
Auditor de Controle Externo	270	246	244	90
Técnico de Finanças e Controle Externo	34	5	5	15
Analista de Administração Pública	50	2	2	4
Técnico de Administração Pública	258	154	154	60
Auxiliar de Administração Pública	73	40	40	55
Subtotal	685	447	445	65
Conselheiros	7	7	7	100
Auditores	3	0	0	0
Procuradores	4	4	4	100
Comissionados sem vínculo efetivo	-	41	46	-
Requisitados a outros Órgãos	-	36	37	-
Total	699	535	539	77

Treinamento e Intercâmbio Institucional – O Tribunal desenvolve periodicamente ações voltadas para o permanente aperfeiçoamento de membros e servidores da Casa, tais como cursos, palestras, seminários, encontros com instituições congêneres e contatos com autoridades, representantes de entidades etc. A Tabela 6 consolida os eventos realizados ou iniciados no 4º trimestre.

Tabela 6: Demonstrativo dos Eventos de Capacitação dos Servidores

Cursos	Número de participantes	Carga Horária (h)	Custo do evento (R\$)	Local
Obras Públicas - Visão dos Órgãos de Controle	1	16	2.080,00	DF
Contas de governo e Contas de Gestão	2	90	s.ônus	À Distância
Controle Externo das Concessão, Parcerias Público-Privadas e Regulação no Serviço Público	23	20	12.000,00	TCDF
Como Resumir, Indexar e Classificar Documentos	3	21	6.570,00	DF
AUTODESK REVIT ARCHITECTURE	7	35	7.490,00	TCDF
Gartner Symposium ITXPO 2013	1	24	s.ônus	DF
Curso de Gestão Pública	1	160	s.ônus	Holanda
Fortalecendo Parcerias na Auditoria de Projetos e Programas Financeiras pelo BID	2	16	s.ônus	DF
XXII Curso sobre Retenção na Fonte de Tributos e Contribuições Sociais nas Contratação de Bens e Serviços	2	20	3.000,00	DF
As Particularidades da emissão de NE	2	8	2.700,00	DF
Auditoria Governamental - Técnicas e Procedimentos de Controle e Auditoria do Setor Público	9	24	19.120,00	DF
Outros Eventos				
Treinamento do Banco Mundial Sobre Auditoria e Procedimentos de Licitação de Obras Públicas	2	16	s.ônus	DF
Seminário de Encerramento do PROMOEX	1	24	s.ônus	DF
24º Congresso Brasileiro de Odontologia	1	24	550,00	DF
Conferência Parques Científicos Modelando Novas Cidades	1	32	1.950,00	PE
XXII Congresso da Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil	1	16	s.ônus	CE
XXXIII Congresso da Fenastc	2	20	s.ônus	CE
7º Fórum Brasileiro de Controle Interno	2	12	3.700,00	DF
Impacto das Novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público nas atividades do Tribunais de Contas	7	15	s.ônus	DF
2º Fórum Nacional de Licitação e Contratos	2	16	3.780,00	SE
Reuniões Presenciais da Diretoria Executiva do IBRAOP	1	20	s.ônus	DF/SP
Reunião de Elaboração e Apresentação do Projeto de Fortalecimento de Controle Externo e Consolidação dos Resultados de Autoavaliação dos TCs, quanto aos Itens e Critérios de Qualidade e Agilidade do Controle Externo	1	32	s.ônus	MT
5º Reunião Preparatória do V Encontro Esportivo dos Tribunais de Contas do Nordeste - V Nordeste	1	16	s.ônus	BA
	75	677	62.940,00	-

4.3 Execução da Despesa

O Anexo 2 – Demonstrativo da Execução da Despesa contém informações a respeito da dotação orçamentária do TCDF para o exercício em curso e da respectiva execução até o final do trimestre. Verifica-se, no citado Anexo, que a execução da despesa alcançou R\$ 223.249.316,94, equivalendo a 96,7% da despesa autorizada total de R\$ 230.818.392,00, registrando-se, pois, saldo orçamentário de R\$ 7.569.075,06.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em atendimento aos Objetivos Estratégicos institucionais e a programação aprovada no Plano Geral de Ação do TCDF para 2013 foram realizadas, no quarto trimestre, as ações registradas ao longo deste Relatório.

No exercício do controle externo, o Plenário do Tribunal prolatou 1.651 decisões nas 50 sessões realizadas. Foram proferidas pela Presidência 20 decisões e 38 decisões liminares.

As Secretarias de Controle Externo concluíram 22 auditorias e 22 inspeções e instruíram 1.203 processos no período. O estoque de processos apto a ser instruído situou-se no patamar de 1.230 autos.

No campo organizacional, destaca-se a aprovação da Lei nº 5.286/13, decorrente de projeto de autoria desta Corte, que criou a Corregedoria, a Ouvidoria, o Núcleo de Informações Estratégicas e a Escola de Contas Públicas do TCDF.

Relativamente aos benefícios mensuráveis decorrentes da atuação do Tribunal, apurados com base na metodologia definida pela Portaria nº 236/02, os valores referentes a Prejuízos Identificados ou Evitados somaram cerca de R\$ 325 milhões no quarto trimestre.

Com suporte nas realizações dispostas ao longo deste Relatório e resumidas acima, constata-se o empenho realizado por esta Casa, nas áreas de controle externo e organizacional, para cumprir com economicidade, eficiência, eficácia e efetividade as competências constitucionais atribuídas ao Tribunal.

Equipe Responsável pelo Relatório

Coordenação Geral

Delso Ferreira da Silva Júnior
Diretor da DIPLAN

Elaboração

Robison Pereira da Silva
Auditor de Controle Externo

Jefferson Gonçalves da Silva
Técnico em Administração Pública

Elizabeth Carneiro Zaiden
Técnica em Administração Pública

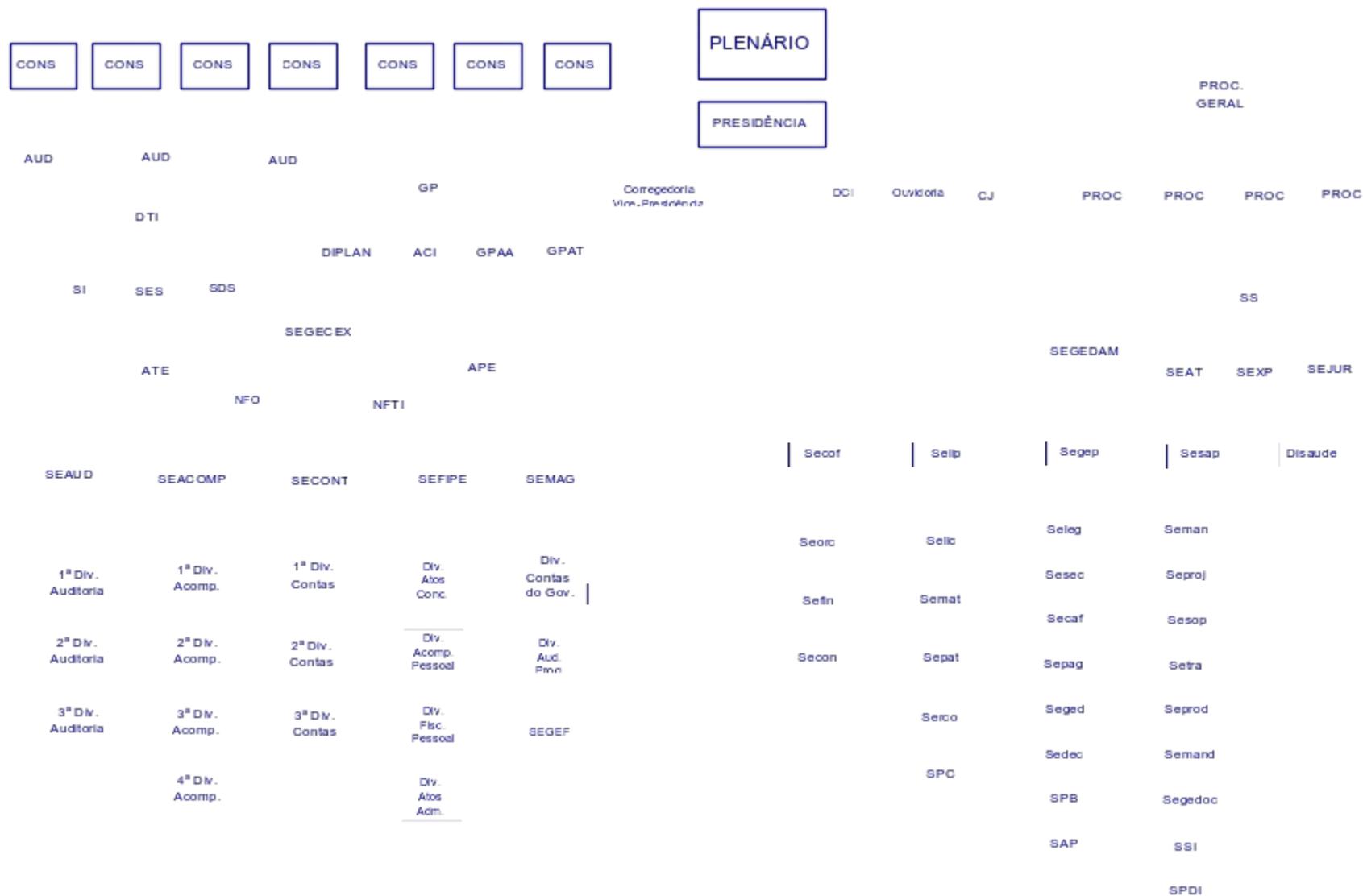
Registre-se, ainda, a participação dos servidores das unidades técnicas e administrativas no fornecimento de dados e informações.

Anexos:

Anexo 1 - Organograma do Tribunal / Significados das Siglas

Anexo 2 - Execução da Despesa

Anexo 1: Organograma do Tribunal



Anexo 1: Significado das Siglas

CONS	Conselheiro
AUD	Aditor
PROC GERAL	Procuradoria Geral
PROC	Procurador
DCI	DIVisão de Controle Interno
CJ	Consultoria Jurídica
GP	Gabinete da Presidência
GPAA	Assessoria Administrativa do Gabinete da Presidência
GPAT	Assessoria Técnica do Gabinete da Presidência
ACI	Assessoria de Comunicação Institucional
DIPLAN	DIVisão de Planejamento e Modernização Administrativa
DTI	DIVisão de Tecnologia da Informação
SI	Seção de Infraestrutura
SES	Seção de Entrega de Serviços
SDS	Seção de Desenvolvimento de Soluções
SS	Secretaria das Sessões
SEAT	Serviço de Apoio Técnico
SEXP	Serviço de Expedição e Plenário
SEJUR	Serviço de Jurisprudência
SEGECEX	Secretaria-Geral de Controle Externo
ATE	Assessoria Técnica e de Estudos Especiais
APE	Assessoria de Planejamento Estratégico da Fiscalização
NFO	Núcleo de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia
NFTI	Núcleo de Fiscalização de Tecnologia da Informação
SEAUD	Secretaria de Auditoria
Div. Auditoria	DIVisão de Auditoria
SEACOMP	Secretaria de Acompanhamento
Div. Acomp.	DIVisão de Acompanhamento
SECONT	Secretaria de Contas
Div. Contas	DIVisão de Contas
SEFIPE	Secretaria de Fiscalização de Pessoal
Div. Atos Conc.	DIVisão de Atos de Concessão
Div. Acomp. Pessoal	DIVisão de Acompanhamento de Pessoal
Div. Fisc. Pessoal	DIVisão de Fiscalização de Pessoal
Div. Atos Adm.	DIVisão de Atos de Admissão
SEMAG	Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública
Div. Contas do Gov.	DIVisão de Contas do Governo
Div. Aud. Prog.	DIVisão de Auditoria de Programas e de Recursos Externos
SEGEF	Serviço de Gestão Fiscal
SEGEDAM	Secretaria-Geral de Administração
Secof	Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Secorc	Serviço de Execução Orçamentária
Seffn	Serviço de Execução Financeira
Secon	Serviço de Contabilidade
Seilp	Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio
Selic	Serviço de Licitação
Semat	Serviço de Material
Sepat	Serviço de Patrimônio
Serco	Serviço de Contratos
SPC	Supervisão de Planejamento da Contratação
Segep	Secretaria de Gestão de Pessoas
Seleg	Serviço de Legislação de Pessoal
Secaf	Serviço de Cadastro Funcional
Sepag	Serviço de Pagamento de Pessoal
Seged	Serviço de Gestão do Desempenho
Sesec	Serviço de Seleção e Capacitação
Sedec	Serviço de Desenvolvimento de Competências
SPB	Supervisão de Proventos, Pensões e Benefícios
SAP	Supervisão de Atendimento e Apoio aos Aposentados e Pensionistas
Sesap	Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio
Seman	Serviço de Manutenção
SeproJ	Serviço de Obras e Projetos
Sesop	Serviço de Segurança e Suporte Operacional
Setra	Serviço de Transportes
Seprod	Serviço de Protocolo e Preservação Documental
Semand	Serviço de Expedição de Mandados
Segedoc	Serviço de Gestão da Informação e da Documentação
SSI	Supervisão de Sistemas de Informação
SPDI	Supervisão de Pesquisa e Disseminação da Informação
Disaude	DIVisão de Programas da Saúde

Anexo 2: Execução da Despesa

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DA DESPESA - 4º TRIMESTRE DE 2013

PROGRAMA DE TRABALHO	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Total Empenhado	Crédito Disponível
MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00
PROMOEX - PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO	0,00	402.117,00	402.116,20	0,80
CONCESSÃO DE BOLSA-ESTÁGIO	2.000.000,00	1.500.000,00	1.418.466,12	81.533,88
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	197.515.801,00	181.145.801,00	179.680.048,55	1.465.752,45
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES	21.550.000,00	19.350.000,00	19.188.329,35	161.670,65
MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	11.325.974,00	12.575.974,00	10.801.439,35	1.774.534,65
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	5.264.500,00	4.364.500,00	3.415.220,03	949.279,97
GESTÃO DA INFORMAÇÃO E SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.000.000,00	500.000,00	44.540,08	455.459,92
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	640.000,00	740.000,00	631.663,11	108.336,89
PUBLICIDADE E PROPAGANDA INSTITUCIONAL	320.000,00	320.000,00	75.379,41	244.620,59
REFORMAS DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	8.100.000,00	2.350.000,00	574.804,02	1.775.195,98
EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1.880.000,00	350.000,00	348.408,57	1.591,43
RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	11.320.000,00	7.120.000,00	6.668.902,15	451.097,85
TOTAIS	262.016.275,00	230.818.392,00	223.249.316,94	7.569.075,06

Fonte: SIGGO - consulta realizada no dia 14.01.2014